

**PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
**GCA/DIUC Nº 024/2020**

**1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO**

<b>Empreendedor / Empreendimento</b>	Citygusa Siderurgia Ltda.
<b>CNPJ</b>	02.167.722/0001-60
<b>Município</b>	Pedro Leopoldo/MG
<b>Endereço</b>	Distrito Industrial situado na zona rural do Município de Pedro Leopoldo- MG, Rua Várzea Alegre, s/n.º
<b>Nº PA COPAM</b>	00213/1992/007/2006
<b>Atividade - Código</b>	Siderurgia com redução de minério – B-02-01-1 Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa.(DN74/2004)
<b>Classe</b>	5
<b>Nº da Licença Ambiental</b>	A REVLO referente ao PA COPAM Nº 00213/1992/007/2006 foi aprovada durante a Reunião Ordinária da URC COPAM Central Metropolitana, realizada no dia 27 de novembro de 2007. O Certificado constante da fl. 23 do processo de compensação ambiental Pasta GCA/IEF Nº 652 refere-se à REVLO Nº 351/2007, licença que foi concedida em 27/11/2007. Destaca-se que esta REVLO refere-se ao certificado LO nº 568/2002 do PA COPAM nº 213/1992/005/2001 da Citygusa Siderurgia Ltda.
<b>Condicionante de Compensação Ambiental</b>	10-“Apresentar proposta de medida compensatória”.
<b>Estudo Ambiental</b>	RADA e PCA/RCA
Valor Contábil Líquido - VCL do empreendimento (dezembro/2011)	<b>R\$ 1.363.580,72</b>
Valor Contábil Líquido - VCL do empreendimento atualizado (fevereiro/2020) <sup>1</sup>	<b>R\$ 2.139.173,98</b>
Valor do GI apurado:	<b>0,2850%</b>
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (fevereiro/2020)	<b>R\$ 6.096,65</b>

**2 – CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO**

<sup>1</sup> Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de dezembro/2011 à fevereiro/2020. Taxa: 1,5687916 – Fonte: TJ/MG.

Tabela de Grau de Impacto - GI			
Índices de Relevância	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
<p><b>Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.</b></p> <p><u>Razões para a não marcação do item:</u></p> <p>O RCA/PCA é frágil no sentido de identificar espécies da fauna e flora afetadas.</p> <p>Consta do RCA a seguinte informação: Na imediata vizinhança da Usina siderúrgica CITYGUSA, além da presença industrial intensa, também ocorrem áreas com ocupação agropecuária e campos antrópicos em regeneração resultantes do abandono de antigas culturas e pastagens.</p> <p>Assim, este parecer considera que este item não deve ser considerado para efeito de gradação do GI.</p>	0,0750		
<p><b>Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).</b></p> <p><u>Razões para a não marcação do item:</u></p> <p>Consta no PCA/RCA, informações de que a data de implantação do empreendimento ocorreu antes de 19/jul/2000. Impactos ocorridos antes dessa data não podem ser considerados para efeito de aferição do GI.</p> <p>Os documentos do licenciamento ambiental são frágeis no sentido de destacar impactos dessa natureza. A SUPRAM Central não menciona impactos dessa natureza.</p> <p>A GCA/IEF não faz vistorias de campo. A atividade do empreendimento não tem relação direta com esse impacto.</p> <p>Portanto não foram identificadas espécies alóctones invasoras na lista de espécies sugeridas para plantio.</p>	0,0100		

<p><b>Interferência/supressão de vegetação, acarretando fragmentação.</b></p> <p><u>Razões para a não marcação do item:</u></p> <p>Empreendimento encontra-se fora da área de aplicação da Lei Federal Nº 11.428/2006 (ver Mapa anexo).</p> <p>Consta no Parecer Técnico DQGA 41/2007 p.1 que a empresa <b>Citygusa</b>, iniciou suas atividades em 1997. (PU p.1)</p> <p>Portanto caracterizando assim, que a implantação do empreendimento ocorreu antes de 19/jul/2000. Se este impacto ocorreu, foi antes desta data. Não foram identificados impactos relacionados à supressão de vegetação nativa nos pareceres SUPRAM.</p> <p>Dessa forma, conclui-se que não há elementos concretos que subsidiem a marcação do item portanto, o mesmo será considerado na aferição do Grau de Impacto.</p>	<p>Ecossistemas especialmente protegidos (Lei 14.309)</p>	<p>0,0500</p>		
	<p>Outros biomas</p>	<p>0,0450</p>		
<p><b>Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.</b></p> <p><u>Razões para a não marcação do item:</u></p> <p>Conforme apresentado no mapa “Potencialidade de Ocorrência de Cavidades”, anexo, elaborado com base no mapa homônimo do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – CECAV/ICMBio, o empreendimento localiza-se em região com potencial “Muito Alto” de ocorrência de cavernas. O empreendimento não localiza-se próximo de áreas de influência de cavidades.</p> <p>Cabe ressaltar que não identificamos informações no Parecer Único da SUPRAM DQGA nº41/2007 sobre a ocorrência de cavernas ou a descrição de possíveis impactos relacionados.</p> <p>Portanto, conclui-se que não há elementos concretos que subsidiem a marcação do item supracitado.</p>		<p>0,0250</p>		

<b>Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.</b>  <u>Razões para a não marcação do item</u>  Não existem UCs de proteção integral num raio de 3 km do empreendimento.		0,1000		
<b>Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”.</b>  <u>Razões para a marcação do item:</u>  O empreendimento está localizado em área de importância biológica do Mapa Síntese das Áreas Prioritárias para conservação de Minas Gerais em “Especial” (ver mapa 05 “Áreas Prioritárias para a Conservação” em anexo).  Dessa forma, este item deverá ser considerado para aferição do Grau de Impacto da marcação do item de importância biológica.	Importância Biológica Especial	0,0500	0,0500	X
	Importância Biológica Extrema	0,0450		
	Importância Biológica Muito Alta	0,0400		
	Importância Biológica Alta	0,0350		
<b>Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar.</b>  <u>Razões para a marcação do item:</u>  Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM Central apresentam impactos relativos a este item.		0,0250	0,0250	X
<b>Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais.</b>  <u>Razões para a marcação do item:</u>  No estudos ambientais e pareceres SUPRAM Central foram identificados impactos relacionados a este item. A própria compactação sobre as superfícies afetadas, com a conseqüente redução de porosidade e permeabilidade, é fator que intensifica a concentração do fluxo de água. As alterações ocasionadas pela compactação do solo são responsáveis pela modificação da dinâmica hídrica local. Isso reflete na alteração do padrão das taxas de infiltração e escoamento superficial ainda que local. Como		0,0250	0,0250	X

<p>consequência ocorrem distúrbios na dinâmica da drenagem natural superficial e/ou subterrânea para o local.</p> <p>Segundo Parecer Técnico p.2 a Citygusa possui outorga emitida pelo IGAM, para captação de 10L/s de águas do Ribeirão da Mata, válida até 14/11/2006.</p> <p>Portanto, o referido item está relacionado à impactos sobre os recursos hídricos, afetando regime, fluxos ou quantidade, para mais ou para menos.</p> <p>Ainda que essas intervenções estejam regularizadas, a utilização de recursos hídricos gera alterações pontuais e locais em relação a situação na qual não se utilizasse o referido recurso. A regularização visa justamente a minimização de possíveis impactos. Este parecer fica na esfera da compensação de danos residuais, independentemente da magnitude.</p>			
<p><b>Transformação de ambiente lótico em lêntico.</b></p> <p><u>Razões para a não marcação do item:</u></p> <p>Segundo informado nos estudos não houve barramento de curso d'água com a finalidade de captação.</p> <p>Nesse sentido, conclui-se que o empreendimento não implica na transformação de ambiente lótico em lêntico. Sendo assim, este parecer não considera o item em questão para aferição do GI.</p>	0,0450		
<p><b>Interferência em paisagens notáveis.</b></p> <p><u>Razões para a não marcação do item:</u></p> <p>Não foram identificados impactos em paisagens notáveis no âmbito do Parecer SUPRAM Central e estudos ambientais.</p>	0,0300		
<p><b>Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM Central não deixam dúvidas de que o empreendimento prevê a emissão de gases estufa.</p> <p>No caso em estudo, a poluição atmosférica é causada pelas emissões de gases e material particulado na chaminé do alto-forno, além de poeiras oriundas da movimentação de veículos nas vias internas da área industrial.(RCA p.37)</p>	0,0250	0,0250	X

Assim sendo, este parecer considera que o empreendimento em questão contribui para o aumento das emissões de gases de efeito estufa, ainda que em baixa magnitude. Portanto, o referido item será considerado no Grau de Impacto.			
<b>Aumento da erodibilidade do solo.</b>  <u>Razões para a não marcação do item:</u>  Segundo estudos apresentados Pasta GCA/IEF nº 652, consta no Parecer Técnico DQGA 41/2007 p.1 que a empresa <b>Citygusa</b> , iniciou suas atividades em 1997. (PU p.1). Portanto, data de implantação do empreendimento ocorreu antes de 19/jul/2000. Se este impacto ocorreu, foi antes desta data. Sendo assim, este parecer não considera o item em questão para aferição do GI.	0,0300		
<b>Emissão de sons e ruídos residuais.</b>  <u>Razões para a marcação do item:</u>  Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM destacam a emissão de ruídos, o que implica em impactos ambientais.  Dessa forma, independentemente da magnitude e ainda que medidas mitigadoras sejam aplicadas este parecer entende que o item “emissão de sons e ruídos residuais” deve ser considerado para a aferição do Grau de Impacto.	0,0100	0,0100	X
<b>Somatório Relevância</b>	<b>0,6650</b>		<b>0,1350</b>
<b>Indicadores Ambientais</b>			
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)			
<u>Razões para a marcação do item</u>  Considerando a vida útil do empreendimento é longa, considerando que os impactos ambientais ocorrerão ao longo de toda sua operação, o índice de temporalidade a ser marcado é o “Duração Longa”.			
Duração Imediata – 0 a 5 anos	0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos	0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos	0,0850		
Duração Longa - >20 anos	0,1000	0,1000	X
<b>Total Índice de Temporalidade</b>	<b>0,3000</b>		<b>0,1000</b>
Índice de Abrangência			
<u>Razões para a marcação do item:</u>			

A Área de Influência Indireta (AII) Ltda. está localizada na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH SF4. A área em questão está situada geograficamente na grande bacia do Rio São Francisco, sendo os principais cursos d'água são o Ribeirão das Neves, Ribeirão Vau do Palmital e Ribeirão da Mata que passa pelo empreendimento.			
Área de Interferência Direta do empreendimento	0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento	0,0500	0,0500	X
<b>Total Índice de Abrangência</b>	<b>0,0800</b>		<b>0,0500</b>
<b>Somatório FR+(FT+FA)</b>			<b>0,2850</b>
<b>Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação</b>		<b>0,2850%</b>	

### 3- APLICAÇÃO DO RECURSO

#### 3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI (tabela em anexo), nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor de referência do empreendimento (abril/2019)	<b>R\$ 1.363.580,72</b>
Valor de referência do empreendimento atualizado (fevereiro/2020)	<b>R\$ 2.139.173,98</b>
Taxa TJMG <sup>2</sup>	<b>1,5687916</b>
Valor do GI apurado:	<b>0,2850%</b>
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (fevereiro/2020)	<b>R\$ 6.096,65</b>

Ressaltamos que a planilha de Valor Contábil Líquido (VCL) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade. O responsável pelo preenchimento do referido documento é o Sra. Patrícia Rezende Utsch Diniz mediante nº de controle: MG- 087594/O-6. Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se os campos da coluna VALOR TOTAL referente aos investimentos (R\$) estavam ou não preenchidos na planilha VCL, sendo que uma justificativa deveria ser apresentada no último caso. O escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes da planilha do VCL, bem como a checagem do teor das justificativas. O VCL referente a 31/12/2011 foi extraído da Declaração – Valor Contábil Líquido, atualizado e, posteriormente foi utilizado para a obtenção da compensação ambiental. (Pasta nº 652 p. 70)

#### 3.2 Unidades de Conservação Afetadas

Conforme apresentado no mapa “Unidades de Conservação”, em anexo, o empreendimento não afeta quaisquer Unidades de Conservação.

<sup>2</sup> Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de dezembro/2011 à fevereiro/2020. Taxa: 1,5687916 – Fonte: TJ/MG.

### 3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Segundo POA/2020, quando o valor total da compensação ambiental apurado pela GCA for igual ou inferior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e NÃO houver Unidade de Conservação afetada, o recurso será integralmente destinado à rubrica referente a Regularização Fundiária.

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição dos recursos	
Regularização Fundiária da UCs (100%)	R\$ 6.096,65
Plano de Manejo Bens e Serviços	Não se Aplica
Estudos para criação de Unidades de Conservação	Não se Aplica
Desenvolvimento de pesquisa em unidade de conservação em área de amortecimento	Não se Aplica
Valor total da compensação: (100%)	R\$ 6.096,65

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

## 4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 652, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 00213/1992/007/2006 (RADA), que visa o cumprimento da condicionante nº 10 estabelecida no parecer técnico DQGA nº 41/2007 (fls. 32), para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com a análise técnica, o empreendimento não afeta nenhuma unidade de conservação.

O empreendimento foi implantado antes de 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 18. Dessa forma, conforme inciso I, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

I - para os empreendimentos implantados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor contábil líquido, excluídas as reavaliações, ou



na falta deste, o valor de investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento; e

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor de Referência (VR) na forma de planilha, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado pelo contador do empreendimento, profissional legalmente habilitado, acompanhada da certidão de regularidade profissional, em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº45.629/2011 – (fls.83).

Ressalta-se que o valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei nº 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

## **5 - CONCLUSÃO**

---

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices técnicos e jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2020.

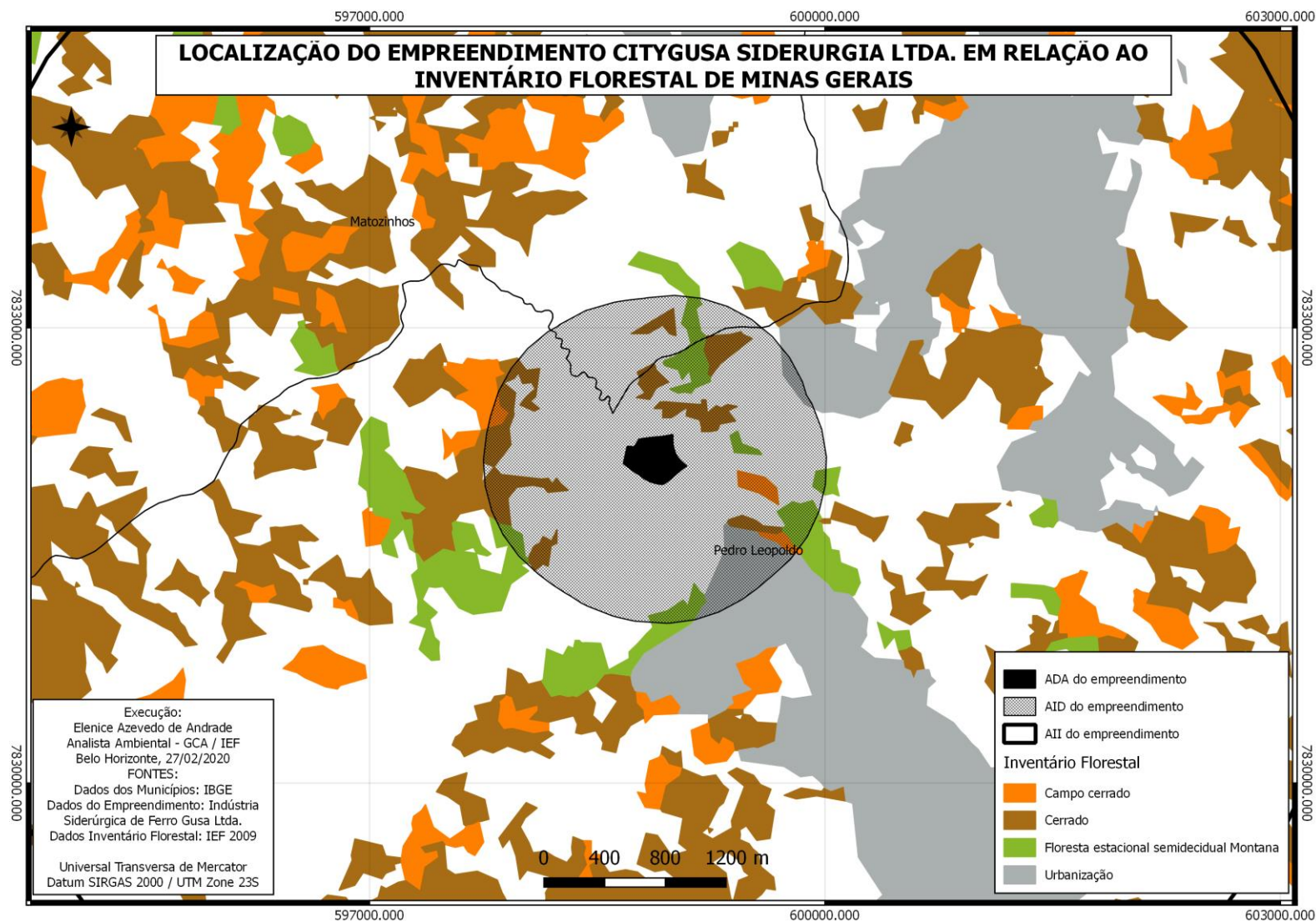
**Elenice Azevedo de Andrade**  
Analista Ambiental  
MASP: 1.250.805-7

**Elaine Cristina Amaral Bessa**  
Analista Ambiental  
Masp 1.170.271-9

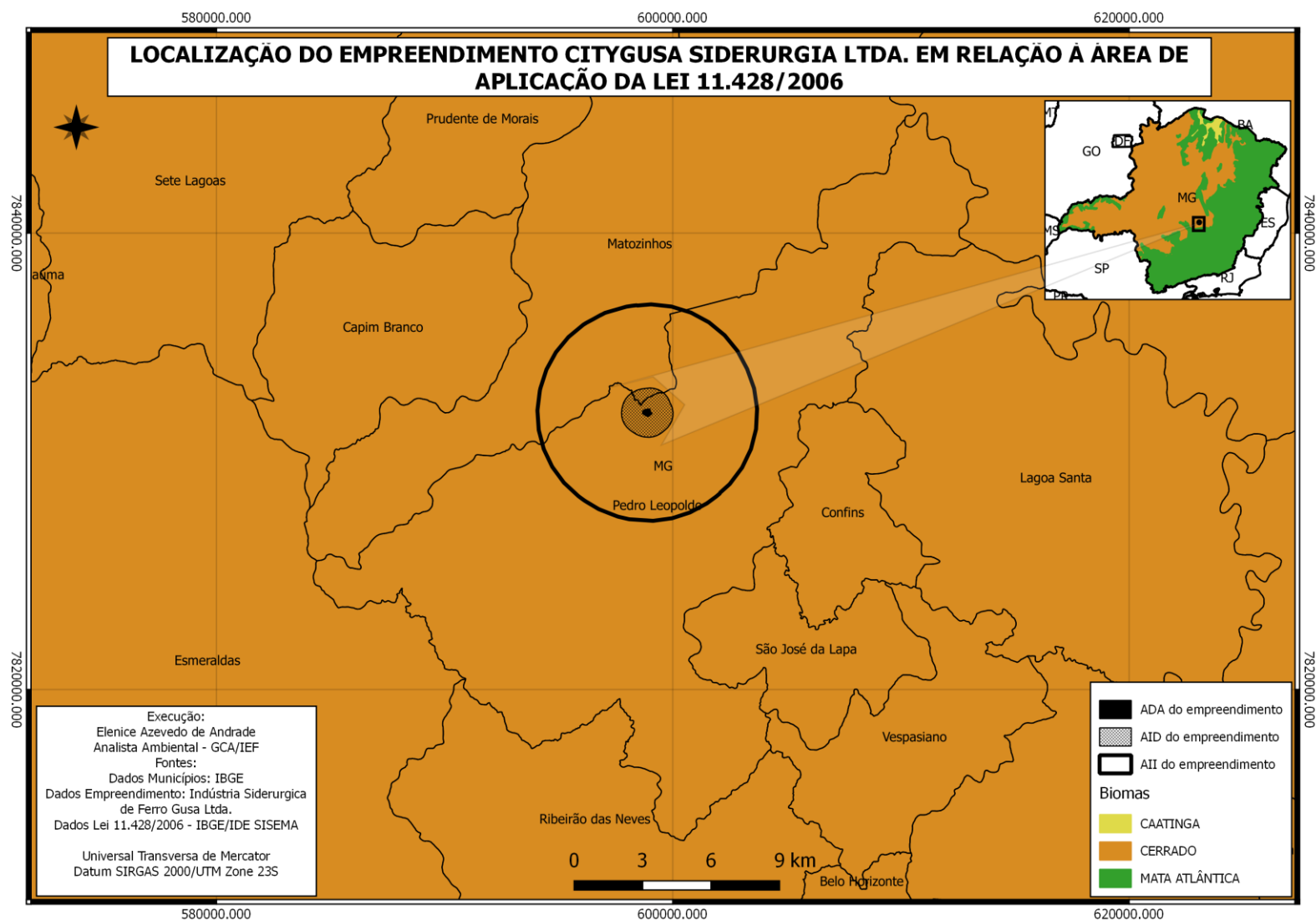
De acordo:

**Renata Lacerda Denucci**  
Gerente da Compensação Ambiental  
MASP: 1.182.748-2

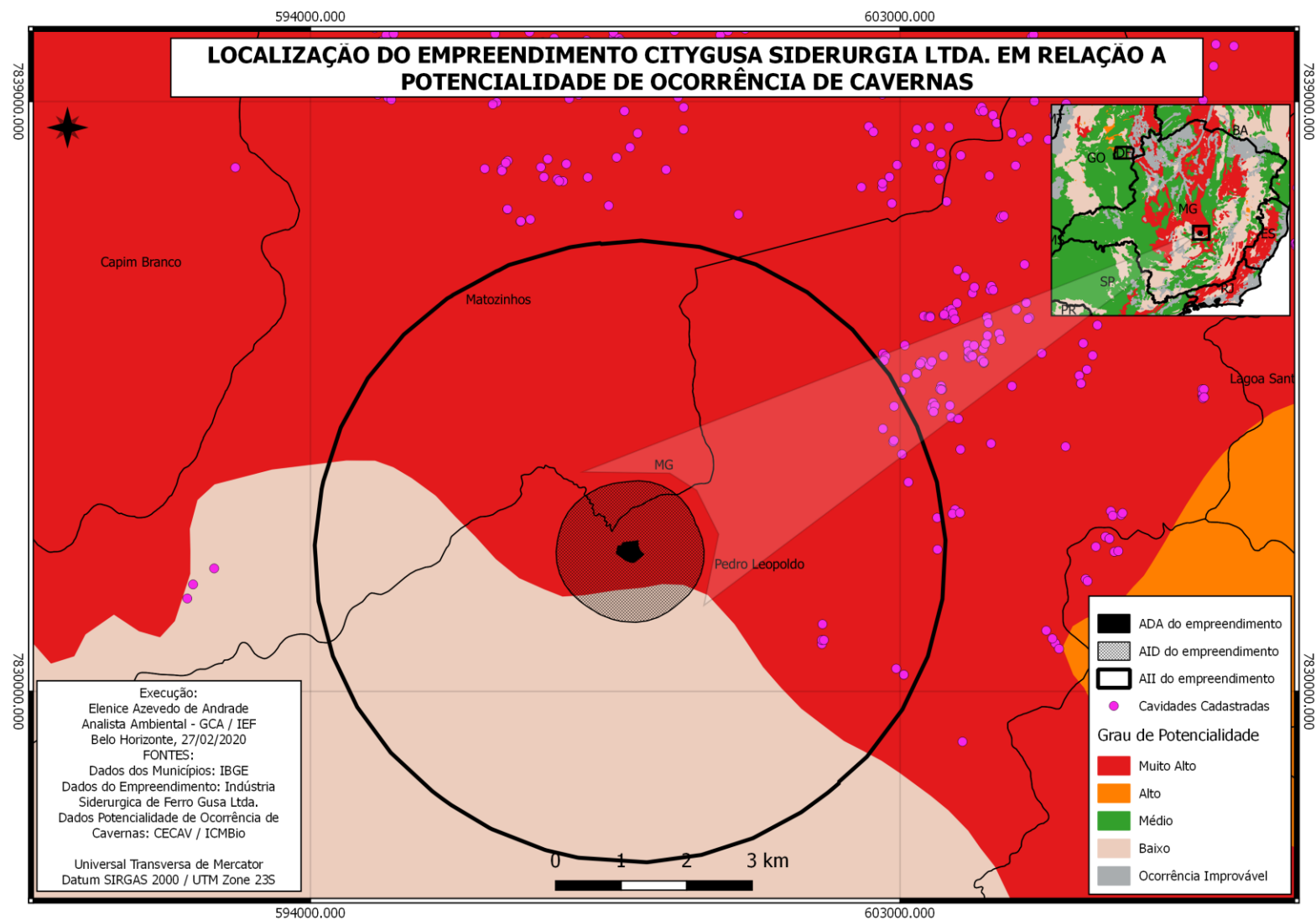
**MAPA 01**



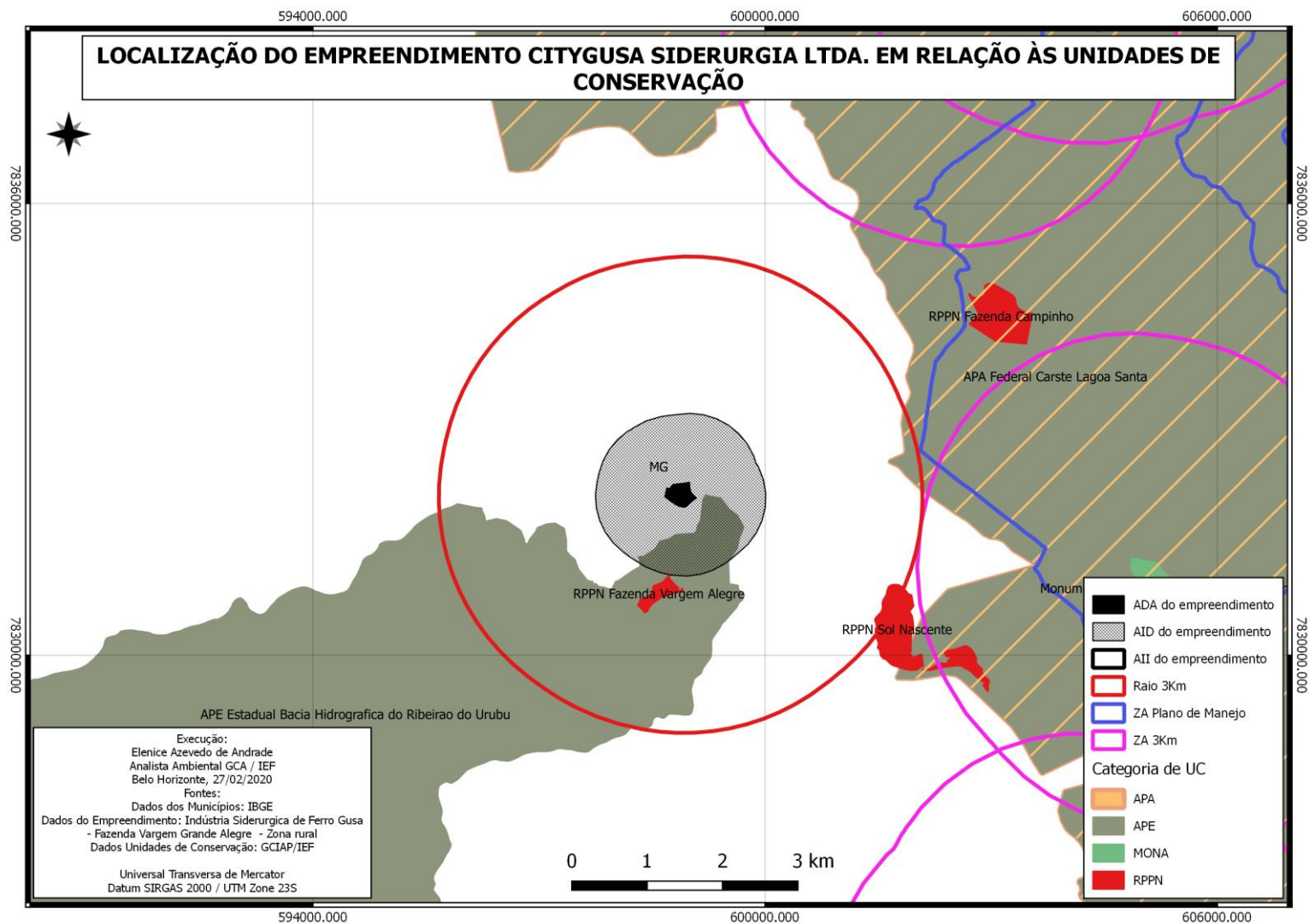
MAPA 02



MAPA 03



**MAPA 04**





**MAPA 05**

